

A solidão do corredor de longa distância*

Antonio Barros de Castro[§]

Estrutura x historicidade: o sucesso de “*Introdução à Economia: uma Abordagem Estruturalista*” e a tese de doutorado não publicada

Meu nome ficou conhecido graças ao sucesso de *Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista*. Esse livro nasceu de um curso dado por Carlos Lessa e por mim para os alunos dos cursos intensivos organizados pelo Centro CEPAL/BNDE, no início dos anos 60. Para entendê-lo, bem como para entender o seu sucesso (somando as edições e respectivas tiragens, no Brasil e na América Latina, são quase meio milhão de cópias vendidas), é importante inicialmente lembrar que, desde o período JK, o Brasil estava profundamente mobilizado, eu quase diria possuído, pela idéia do desenvolvimento econômico. Pessoas das mais variadas áreas como saúde e obras públicas, sem falar dos engenheiros, todos, aí incluídos filósofos, haviam sido contaminados pela idéia de que a situação em que o País se encontrava podia e devia ser transformada. Não se tratava apenas de que a idéia do desenvolvimento se encontrava amplamente difundida. É importante frisar que esta noção ou convicção possuía um lugar de destaque na cultura da época - aí incluídas destacadamente as artes - e um forte poder mobilizador. As mais diferentes profissões queriam se colocar em dia com a questão do desenvolvimento. Dos alunos que freqüentavam o curso da CEPAL, metade era economista e a outra metade reunia os mais diferentes profissionais, com uma certa predominância de engenheiros.

Neste quadro, o Aníbal Pinto, diretor do escritório CEPAL/BNDES, chegou para nós (eu e Carlos Lessa) e disse: nós precisamos ter uma introdução que dê a todos os alunos a idéia de que existe um sistema econômico. Mas, por outro lado, que transmita também a eles a idéia de que esse sistema pode ser atuado pelo governo, mediante políticas de desenvolvimento. A idéia era, portanto, essa: combater o voluntarismo do observador leigo -

* Entrevista realizada com o professor Barros de Castro, em junho de 2000, pela professora Leda Maria Paulani da FEA-USP.

§ Professor da UFRJ.

porque a economia tem, digamos, inércia e propriedades - mas dar, também, a noção de que a sua arquitetura pode ser modificada ou corrigida ao longo do tempo.

É bom insistir que essa idéia estava no ar. O Owaldo Sunkel tinha feito 2 palestras introdutórias a todos os cursos da CEPAL com este espírito e foi a partir dessa semente do Sunkel que nós desenvolvemos, capítulo a capítulo, o futuro livro. Eu e o Lessa fizemos os gráficos, que eram muito importantes para as aulas. Depois o Lessa foi para o Chile e eu fiquei trabalhando, mais ou menos dois anos, e fiz os textos a partir daquela estrutura básica que nós havíamos concebido juntos e que fôramos testando. Acredito que parte do sucesso do livro provém justamente do teste. Antes de sair a 1ª edição, o texto já circulava em forma de apostila. Então houve um *feed back* importante com o público e com isso fomos aprofundando um ou outro ponto, absorvendo sugestões. E o sucesso foi explosivo, literalmente, uma coisa muito além do que poderíamos esperar, muito além de qualquer expectativa. Tanto que o Anibal Pinto, gozador, chegou a brincar comigo: “e vocês vivem falando mal do mercado, hem”?

Mas realmente o livro virou coqueluche, e era patente a aproximação que ele promovia entre economistas, engenheiros, médicos sanitaristas etc. Todos ganhavam um pouco de uma linguagem comum e devo mesmo assinalar que, mesmo depois que o livro, passados uns 10 ou 15 anos, saiu de moda entre os economistas, continuou sendo usado amplamente em faculdades de engenharia, arquitetura e outras.

O trabalho partiu da hipótese de que o aluno não sabia nada de teoria econômica, mas tinha uma boa capacidade de abstração, uma boa capacidade analítica - e buscava posicionar-se acerca de questões relativas ao desenvolvimento econômico. O traço mais marcante pode ser assim definido: herdeiro de idéias cepalinas, o trabalho coloca sempre num primeiro plano o condicionamento estrutural, com destaque especial para a importância relativa dos setores produtivos, da distribuição da renda e da posição ocupada pela economia na divisão internacional do trabalho. Em face destas características maiores, as escolhas feitas pelos consumidores não teriam relevância. Melhor dito: há um fluxo circular que passa pelos consumidores e suas escolhas. Mas estas não são capazes de alterar o quadro estrutural. E aí residia uma das brigas que estávamos assumidamente comprando.

Os manuais de introdução à economia partiam da teoria do consumidor, como se na compreensão do seu comportamento residisse a chave para entender o funcionamento da economia. Aliás, a distância do nosso livro para com a economia de manuais tipo Samuelson fica especialmente clara no capítulo sobre a empresa. Longe de tratar a empresa como um agente econômico que reage a preços relativos mediante escolhas que visam

à maximização do lucro, fica desde o início declarado que: “A visão que se procura atingir aqui é outra. Trata-se, essencialmente, de focalizar as interações entre a célula produtora e o contexto que a envolve. Não do ponto de vista do “caixa” da empresa, procurando saber quais mecanismos e problemas estão por trás das entradas e saídas de numerário, mas do ponto de vista global, em que a empresa surja integrada no sistema econômico com os seus alicerces infra-estruturais, sua vinculação à capacidade produtiva e aos mercados da nação e, enfim, suas relações com a superestrutura institucional”

O impacto foi de fato enorme. Eu me lembro, por exemplo, do entusiasmo do Luís Pereira, no curso de 1966 em São Paulo. Ele pertencia a outra tribo (sociologia da USP), e ao ter contato com o curso (refiro-me, no caso, ao curso da CEPAL como um todo) parecia ter adquirido instrumentos de que realmente necessitava. Não estou querendo dizer com isso que ele concordasse com tudo. Nada disso. Mas eu sei que o curso como um todo, aí incluída a Introdução, teve um impacto muito forte e mobilizador sobre ele e outros colegas.

Um aspecto que eu gostaria de acrescentar é que boa parte da minha vida intelectual acabou girando em torno de um esforço que está muito presente nesse livro: acerca de um tema qualquer, você concebe uma estrutura básica que põe em destaque aquilo que o caracteriza e que se mantém ao longo do tempo. Os comportamentos individuais supostamente se adaptam a esta estrutura básica - e dela tiram conseqüências.

Mas é preciso introduzir de imediato um outro ingrediente, presente na cultura brasileira pelo menos desde o início do século. É a comparação com os países avançados, é a consciência do atraso. Isto coloca imediatamente um dilema: cópia do mais avançado, ou reforma a partir da matriz de que se parte? A escolha nada tem de trivial.

Os que tinham consciência da gravitação exercida pelas estruturas subdesenvolvidas - ou seja, das limitadas possibilidades e sérias conseqüências nela contidas - pensavam o avanço como transformação deliberadamente provocada. Contrariamente à Alemanha (na imagem de Marx), não podíamos simplesmente ver nos países mais avançados a imagem do nosso próprio futuro. As estruturas tinham que ser modificadas, para que a distância para como os desenvolvidos pudesse ser reduzida. Fiel a esta idéia, os cursos de desenvolvimento tinham início com a famosa distinção entre crescimento e desenvolvimento. O primeiro resumia-se à expansão - reflexo relativamente circunscrito ou localizado - da demanda procedente do exterior. No segundo, a expansão era acompanhada por mudanças. O contraste usualmente feito, inspirado em Furtado, distinguia entre a expansão unidimensional das economias petroleiras, e o clássico, multissetorial, e repleto de oportunidades, desenvolvimento norte-americano.

Já Gudin, caracteristicamente, omitia condicionamentos estruturais - parecendo crer que os nossos problemas eram uma decorrência das viciosas atitudes e comportamentos aqui imperantes. Nunca esquecerei o título de um panfleto deste autor: “A inflação e a burrice nacional”

Mas retorno à idéia da estrutura produtiva como matriz. Houve uma época da minha vida em que eu trabalhei com escravidão e engenhos de açúcar. E o meu trabalho visava caracterizar e combinar duas matrizes: o engenho e a escravidão. O engenho de açúcar era uma estrutura produtiva muito peculiar. Antonil, quando inicia sua obra clássica diz: o engenho quer isto, quer aquilo, quer aquilo outro. Então, a descrição é feita com base naquilo que o engenho “quer”, vale dizer, aquilo que ele requer. Só posteriormente é que surgem os atores principais: os senhores e os escravos. Também com a escravidão tentei fazer algo análogo: tomar esta relação peculiaríssima do senhor com o escravo e indagar o que é essencial nela - e o que se desdobra a partir daí. Para tanto, era preciso encharcar-se de leituras (acho que era esta a expressão que eu usava à época) e de comparações: o caso brasileiro *versus* a experiência das Índias Ocidentais, *versus* o Sul dos Estados Unidos. Estas comparações se, por um lado, ajudam a revelar os invariantes, por outro, fornecem pistas sobre as possibilidades contidas nas estruturas, sobre as possíveis variações em torno dos temas básicos.

Além disto, eu sempre trabalhei com a hipótese de que a escravidão no Novo Mundo era muito diferente da antiga; que ela era, digamos, uma outra estrutura. Dentro do engenho, pelo menos, o escravo era o análogo de um operário, configurando-se, com isto, uma espécie de escravidão industrial. Eu tenho um artigo em que mostro como Taylor teria muito a dizer sobre os engenhos de açúcar do século XVII, já que ali se encontravam formas precoces das modernas organizações produtivas - submetidas, inclusive, a forte pressão competitiva, com problemas de escala mínima de produção, turnos de trabalho que se sucediam ininterruptamente durante o período de safra etc.

Trabalhei boa parte dos anos 70 na minha tese de doutorado *Engenhos de açúcar no século XVII: o trabalho dos escravos e a política dos senhores*. Cometi o erro de não tentar sequer publicá-la. Mas ela, em alguma medida, ficou: há gente que até hoje a utiliza. Quero, a propósito, destacar uma questão não resolvida, com que tropecei nessa fase.

Sendo um análogo do trabalhador da indústria, o escravo não era necessariamente passivo, não era idiotizado como amplamente se supunha. Havia inclusive progresso técnico na escravidão. Eu me dediquei por mais de um ano a provar a ocorrência de uma importante

mudança técnica que, aliás, uma vez ocorrida, parece ter sido rapidamente disseminada. Está num artigo, chamado *1610: Progresso Técnico e Conflito nos Engenhos*. Procuro descrever ali a mudança, mostrando como alterou profundamente o funcionamento dos engenhos. Está publicado na *PPE*. É um artigo forte. Inclusive eu fui a San Francisco apresentá-lo na reunião anual da *American Historical Association*. Depois tive um convite para ir à Escócia para expor esse mesmo trabalho.

Encerrando as referências a esta fase do meu trabalho, não posso deixar de registrar a importância, para mim, do magnífico trabalho de Moreno Fraginals sobre os engenhos de açúcar em Cuba e muito particularmente da belíssima obra de Fernando Ortiz, *Açúcar e Fumo: um contraponto cubano*. Neste último trabalho o autor faz inspiradíssimas comparações entre o engenho e a plantação de fumo, mostrando como, da economia à cultura, passando pela política, estas duas estruturas deixam as suas marcas na sociedade e na história cubana.

Até aqui, como se vê, a idéia da estrutura e de seus desdobramentos continuava, para o bem ou para o mal, a perseguir-me. Trata-se de uma idéia fecunda - mas há uma possível loucura nela contida. E a loucura consiste em levar demasiado a sério a noção de matriz histórica e cair num determinismo esquematizante e vazio. Ora, no final dos anos 60 chegou à América Latina o althusserianismo - e a esquerda da América Latina foi possuída por essa febre. E o althusserianismo o que faz é levar ao delírio o determinismo estruturalista. Com Althusser e Balibar, o marxismo perdia completamente o sentido da historicidade - como desde cedo advertiu o nosso Gianotti.

Eu sempre tive um enorme mal-estar diante do althusserianismo. Na minha fase do Chile havia dois cursos sobre o capitalismo na Escolatina. Um apresentava o capitalismo segundo um roteiro althusseriano - e a Marta Haenecker, inclusive, participava do curso. O meu seguia um roteiro completamente diferente. Era de inspiração marxista, mas os autores prediletos eram Dobb, Hobsbawn, e Gramsci, além de outros como Landes e Gerschenkron. Foi então que tive contato com o E. P. Thompson, que para mim foi uma maravilhosa descoberta. *The Poverty of Theory*, em particular, foi um dos livros mais importantes que li. Quando topei com ele, parecia que eu já estava maduro para as suas proposições. Foi ler e assumir as conseqüências. Era o reencontro com os atores que, ainda quando condicionados, fazem a história. Atores que no esquema althusseriano são apenas suportes de estruturas.

Então este livro representa para mim uma espécie de libertação. Daí por diante passei a combinar assumidamente estrutura com iniciativa, conflitos e vontade dos atores. Obviamente,

aceitava com isto maiores graus de liberdade ou de indeterminação histórica. Não há receita, tiro e queda, para se combinar estrutura e iniciativa dos atores. É a sensibilidade do autor, é o juízo do autor, é o *insight* que vai fazer a dosagem estrutura/peculiaridades, estrutura/criatividade ou vontade política. Permanece, no entanto, a idéia da matriz - entendida como, digamos, reserva de possibilidades. Mas não se trata apenas de uma relativização da noção de estrutura. O seu próprio sentido começava, para mim, a mudar. Começava a adquirir conotações de conhecimento, convicção, crença. Trata-se de uma construção do próprio pesquisador e deve funcionar como um andaime: você monta o andaime para poder construir a obra ... e depois tira o andaime.

Sei bem que o que acabo de dizer carece totalmente de rigor, que estou abusando das metáforas. Mas trato isto como mero depoimento e quero simplesmente dizer que uma prisão intelectual havia sido implodida - e eu começava a trabalhar de outra maneira. Os atores, suas peculiaridades e os contextos históricos específicos tornavam-se fundamentais. Apenas, você não pode olhar para a realidade diretamente, precisa de um andaime - que, inclusive, facilita os movimentos durante a obra. E esta é a função da estrutura básica. Sem ela você não sabe nem para onde olhar. E volto a insistir na arte da dosagem. Às vezes eu dosifico errado, às vezes sinto que, em boa medida, acerto. Um bom exercício do tipo estrutura (no caso, explicitamente, um esquema analítico) *versus* peculiaridades históricas está no ensaio Agricultura e Desenvolvimento (volume I de 7 *Ensaio sobre a Economia Brasileira*).

“O Capitalismo Ainda é Aquele” e o conflito com a escola de Campinas

O Marx que encontrei em Campinas era o autor que havia explicitado as propriedades da relação básica capital-trabalho. Isso é particularmente claro na tese de doutorado do Belluzzo. O próprio Kalecki era visto numa perspectiva semelhante. Ele seria o Marx do século XX, tendo desdobrado as propriedades do capital monopolista: como se precifica; como se dá a acumulação; como a economia oscila ciclicamente etc. Em suma, Marx teria feito isso para o capitalismo competitivo, enquanto Kalecki teria estendido e atualizado a obra, dissecando o funcionamento do capitalismo na era em que as estruturas oligopólicas se tornaram dominantes.

Eu já estava em plena fase de rebeldia, buscando as diferenças históricas, atento para os atores e seu comportamento. Além disto, meus cursos e estudos sobre Teorias do Crescimento (na Escolatina e em Campinas) haviam me tornado bastante cético sobre certas idéias a que genericamente nos referíamos como cambridgeanas - e que em boa medida têm por fonte inspiradora Kalecki e Joan Robinson.

Então, em *O Capitalismo Ainda é Aquele* (cujos ensaios escrevi em Campinas) procurei assinalar, de partida, a relevância das diferentes vias do capitalismo: o padrão inglês, o japonês, os milagres (genericamente) e, sobretudo, as especificidades norte-americanas. Por outro lado, a ruptura entre o capitalismo competitivo e o monopolista não tinha essa relevância toda. Nessa época eu já gostava muito do Schumpeter, e num dos ensaios defendo que se a matriz teórica do pós-guerra tivesse sido Schumpeter e não Keynes teríamos tido maior compreensão de certas mudanças. Além disto, também veríamos com clareza que em vários sentidos o capitalismo continuava o mesmo ...

Há um trabalho meu, ainda desta época, de pouca repercussão, mas que foi para mim de uma importância crucial. Refiro-me à *A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão*. Trata-se, mais uma vez, da luta contra o determinismo, e vou retomar, a esse respeito, duas questões.

O primeiro ponto é que, para Marx, uma vez vendida a força de trabalho, e na esfera da produção capitalista, o trabalhador está convertido em mera mercadoria. Para reforçar a idéia, Marx imagina, no tomo II de *O Capital*, um diálogo entre o trabalhador e o capitalista. O trabalhador diz ao capitalista que não pretende mais do que o valor da mercadoria que está vendendo, a força de trabalho. Isso implica dizer que o trabalhador teria não apenas introjetado a situação, como, num certo sentido, efetivamente se convertido em mercadoria. Ou seja, passada a fase histórica em que o homem é convertido, mediante violência, em trabalhador assalariado, ele se apresentaria ao capitalista como mera mercadoria, cujo preço haveria de cobrir, unicamente, o seu custo de reprodução. Isto equivale a uma absolutização da idéia de estrutura. No seu interior, o trabalhador nada mais é do que um “suporte” - assim como o capitalista nada mais seria do que um funcionário do capital.

Polanyi, de sua parte, partindo de Marx, introduziu a idéia de que a força de trabalho é - e nunca deixa de ser - uma mercadoria fictícia. Ela nunca terá o seu preço regulado (na linguagem de Hirschman) pela mera disciplina do *exit* (compra ou não compra por parte das empresas); há sempre *voice* (interação, conflito, negociação).

A rigor, a noção de “mercadoria força de trabalho” implica a negação do trabalhador enquanto ator e agente de transformações. E o que o meu artigo busca mostrar é que isso não é verdade, nem sequer na escravidão. O escravo nunca deixou de ameaçar a estrutura a que estava subordinado - e, por vezes, tentou transformá-la de dentro. E é esse o ponto que eu quero realçar.

Stuart Schwartz, por uma sorte de historiador protegido do destino, encontrou os manuscritos de uma proposta de paz feita por escravos do engenho Santana de Ilhéus, possivelmente no ano de 1789. Nessa proposta de paz está dito que os escravos, então rebelados, propunham as condições sob as quais eles voltariam a ser “escravos”. Entre as cláusulas por eles propostas estão, por exemplo: sexta e sábado eles trabalhariam para si próprios, em áreas destinadas para este fim; no barco que ia de Ilhéus para Salvador, existiria sempre um espaço para as mercadorias deles - e vai por aí fora. Há cláusulas sobre a liberdade de brincar e folgar fora do trabalho e há inclusive uma defendendo as mulheres, que não poderiam mais ser tratadas como objeto e abusadas.

Você vê aí os escravos tentando introduzir (ou formalizar o reconhecimento de) mudanças, forçando, portanto, os limites de uma estrutura. A postura agressiva e ao mesmo tempo negociadora dos escravos significa que eles se assumem como sujeitos. Mais do que isto, temos aqui uma sugestão de que a escravidão poderia transformar-se, evoluindo por meio de diferentes roteiros históricos. Robert Brenner, em seu seminal artigo sobre o recrudescimento do feudalismo na Europa do Leste, mostrou que o mesmo fenômeno da alta do preço do grão teve conseqüências completamente distintas na Inglaterra e na Polônia - e a diversidade é um resultado, num caso, da combatividade dos camponeses, no outro, da astúcia e poder dos senhores da terra.

Ainda quanto a Campinas, uma outra discordância a que fui levado refere-se à relação de dependência inerente ao regime colonial. Independentemente de seu mérito em vários planos, o trabalho de Fernando Novaes está embebido da idéia de que os objetivos da coroa portuguesa definem as características e a própria evolução da colônia. Ou seja, ele pretende entender a colônia a partir dos objetivos da metrópole, como se os desígnios da corte nunca tivessem conseqüências imprevistas, nunca detonassem reações em cadeia capazes de criar novas situações - e, com elas, propriedades, digamos, emergentes. E, sobretudo, é como se a colônia não tivesse também propriedades derivadas do tipo de produto cultivado, da competição com os demais fornecedores de açúcar - e da iniciativa dos senhores.

Enfim, conflitos não faltavam em Campinas. Mas eu quero deixar registrado que curtia enormemente o Kalecki - tanto enquanto teórico, como, por exemplo, no incrível artigo de 1934 sobre ciclo econômico e política, como enquanto ser humano e intelectual. Porque veja, o Kalecki - judeu, polonês e marxista - escreveu um artigo, em 1935, mostrando que a economia nazista estava dando certo e que ia dar mais certo ainda enquanto economia. Isto é de uma ousadia espantosa, de uma insubmissão radical. Quer dizer, eu posso ser absolutamente contra, mas não abro mão de pensar e de perceber o novo, de observar que as coisas estão mudando. No contexto da depressão dos anos 30, o nazismo era

diabolicamente dotado de propriedades positivas, num sentido que um keynesiano pode facilmente explicar. E o Kalecki detecta pioneiramente isto e tem a coragem de dizê-lo. Fez circular o manuscrito, absolutamente maldito no seu próprio meio, convencido de que havia descoberto propriedades da economia nazista que deviam ser trazidas à luz. E, aliás, que poderiam e deveriam informar a própria ação daqueles que combatiam o regime.

Eu acho isto extraordinário. O compromisso com o ver as coisas como elas são, independentemente dos objetivos imediatos e até mesmo das convicções mais profundas. Pode soar ingênuo, mas eu insisto nisto porque o ensaio *Por que não Kalecki* (integrante de *O Capitalismo ainda é Aquele*) deixou a impressão de que o Castro não gosta do Kalecki, quando é exatamente o contrário, tenho a maior admiração, inclusive intelectual, por ele - e o ensaio deixa isso claro, apesar das divergências.

Naquela época eu já estava particularmente fascinado pelo prodigioso êxito japonês. Na realidade, meu fascínio pelo Japão vinha de antes, teve origem na leitura do Paul Baran. O Baran tinha dito que o Japão era o análogo do besouro: pelas leis da aerodinâmica, não pode voar, mas voa. Essa frase nunca saiu da minha cabeça. Eu acredito que isso é (ou deveria ser) uma espécie de ideal científico, ou seja, descobrir besouros, perceber aquilo que não pode acontecer mas acontece, para tentar com isso entender o que realmente se passa.

Hoje me parece que *O Capitalismo ainda é Aquele* reflete várias transições, não tendo propriamente uma unicidade. Eu estava voltando à realidade, depois da embriaguez estruturalista. No fundo tratava-se de fazer as pazes com a História, com a criatividade, com a indeterminação. Lembro-me de uma frase do Hirschman que me impressionou terrivelmente: “*as ciências sociais não dão conta, não podem dar conta da História e se, em algum momento, explicarem a História, coitada da humanidade.*” Esse “coitada da humanidade” é de arrepiar, significa que ela não seria capaz de experimentar, aprender e mudar.

Mas, de certa forma, eu já tinha isso tudo na origem, porque desde bem jovem curti enormemente Sartre e Camus, que são da linha do, digamos, “projeto aberto” Além do mais, tinha sido aluno do Popper, na *London School of Economics*. Entre 1962 e 1963 fiz um ano de seminários com o Popper e isso deixou marcas na minha visão de mundo. Sobretudo a idéia de que a função do cientista é gerar novas hipóteses. Lembro-me vivamente do seminário em que ele apresentou o *Back to the Pre-Socratics*. Ali ele defende o método pré-socrático de ousar lançar novas conjecturas - que obviamente serão objeto de críticas e refutações ... O Popper era, digamos, um defensor radical desse tipo de

postura, não no sentido de que tudo são meras hipóteses, mas no sentido de que o cientista tem que sair de sua armadura teórica - e do empírico bem comportado.

A tendência de Campinas era, como disse, a de tomar o capitalismo monopolista e suas supostas propriedades e ver o mundo, especialmente o cenário internacional, a partir daí. Por exemplo, dada a capacidade de definir a margem de lucro, a compressão dos lucros não poderia mais ser um grave problema. Afinal, os capitalistas são donos do seu próprio destino, já que “ganham o que gastam”

Nessa discussão, a minha postura era a de aceitar a ocorrência do esmagamento de lucros - patente, aliás, na Inglaterra - e atribuí-lo, em boa medida, ao fato de que, após o longo período de expansão do pós-guerra, os trabalhadores se encontravam em condições excepcionalmente fortes. Podiam não apenas impor melhores salários, como alterar aspectos do regime de trabalho. Ao fazê-lo, buscavam repetir o ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial. Aquela redistribuição de renda e aqueles direitos laborais com que eles emergiram no pós-guerra provêm de que souberam se aproveitar da guerra e do pleno emprego absoluto por ela acarretado para melhorar a sua posição. É bem verdade que enquanto os capitalistas, apesar de pressionados pelos trabalhadores, continuassem investindo e gastando, os lucros (correspondentes ao seu gasto) estariam garantidos. Porém, a partir de um certo momento, a autoconfiança dos capitalistas se quebra, o gasto capitalista se contrai e, não sendo possível reverter as conquistas dos trabalhadores, começa o esmagamento dos lucros. Resta acrescentar que há muito tempo a Inglaterra, em particular, vinha perdendo competitividade, como insistia Kaldor. Os seus capitalistas, muito pouco schumpeterianos, diga-se de passagem, encontravam-se espremidos entre a pressão competitiva vinda de fora e a pressão interna dos trabalhadores. Estavam, assim, possivelmente sendo lançadas as sementes da brutal reviravolta thatcheriana ...

A substituição de importações e a “*Economia Brasileira em Marcha Forçada*”

Então, metodologicamente, esta foi cada vez mais a postura que cultivei, tentando armar andaimes e evitando o imobilismo imposto pelas armaduras. Esse espírito esteve muito presente na elaboração do *Economia Brasileira em Marcha Forçada*, cuja origem está em 1984 (um primeiro rascunho circulou nesse ano como Texto para Discussão do Instituto de Economia Industrial da UFRJ).

Aquela visão de que o II PND tinha sido um fracasso não me convencia de jeito nenhum. Éramos todos contra a ditadura, mas isso não me impedia de ver que o II PND tinha levado adiante um grande projeto, típico do pós-guerra: de implantar no Brasil uma estrutura industrial moderna e completa. E isto absolutamente não implica fechamento: significa que o País fará, daí por diante, predominantemente trocas externas de natureza intra-industrial. Aliás, o comércio internacional que mais cresce é, em regra, o intra-industrial.

Para mim era também evidente que a substituição de importações, cuja morte foi tantas vezes anunciada, havia recrudescido em grande estilo. Houve de fato uma freada, ao final de 75 e início de 76. Felizmente o governo contava com o Simonsen, que segurava os mais ousados. O Geisel soube fazer muito bem este jogo de mestre, que é colocar nas finanças um conservador e na regência do lado real da economia um espírito ousado, empreendedor. Isto se assemelha ao que fez o Getúlio, colocando no Banco do Brasil um homem “pau na máquina”, e no Ministério da Fazenda um homem da retranca, um ortodoxo. Quer dizer, você tem que forçar a realidade, mas, por outro lado, não pode perder a confiança dos capitalistas. O juízo e a prudência ficam por conta da área monetária. Forçar a história é para os que pensam o longo prazo, que exploram os limites do possível. É claro que hoje, com a economia financeiramente aberta e baixíssima confiança no Brasil - especialmente por parte dos brasileiros -, tudo isto soa estranho, demasiado ousado. Mas o fato concreto é que a economia brasileira foi transformada pelo II PND. E quanto à dívida externa, é sempre útil lembrar que ela se expandiu galopantemente, na grande maioria dos demais países latino-americanos - aí incluídos os que não lograram usar os recursos externos baratos da segunda metade dos anos 70 para investir.

Ainda quanto ao II PND, caberia acrescentar que a minha percepção das coisas foi certamente influenciada pela experiência na área de energia na COPPE (UFRJ). A crise energética foi um dos ingredientes da mudança profunda que o capitalismo sofreu nos anos 70. A grande desaceleração capitalista iniciada nesta década, as mudanças em direção à “produção enxuta” e o surgimento da consciência ecológica estão intimamente relacionadas com a crise energética. Raramente, contudo, os economistas brasileiros tiveram em conta as fundamentais mudanças que estavam ocorrendo do lado da oferta. De minha parte, contrariamente, a herança cepalina e estruturalista não podia deixar de ser reavivada. Lembro-me de discussões sobre como seria um mundo *tout nucleaire*. Além de capital-intensivo, seria um mundo condicionado pelo segredo, pelo controle das informações etc. Felizmente, porém, a matriz tecnológica e energética mundial afastou-se do nuclear.

Em 1982, com as atenções voltadas para as mudanças em curso no aparelho produtivo do País, argumentei que os grandes investimentos recentemente concluídos tornavam a moratória uma possibilidade a ser considerada. O Brasil teria, em suma, adquirido condições para jogar duro ante a brutal crise provocada pelo segundo choque do petróleo, a explosão dos juros e o colapso do financiamento externo. O texto, com o título *A Viabilidade da Moratória Unilateral*, circulou muito, foi publicado em vários lugares, teve muito impacto e se encontra na raiz da *Marcha Forçada*.

Não falarei aqui da *Marcha Forçada*. Quero apenas frisar que este marcante período da nossa história deixou patenteada a importância da vontade política, bem como das noções de “visão de mundo” e de “missão”. A ação do governo e de certas empresas públicas foi pautada, no período, pela convicção de que era necessário completar a industrialização - e para tanto foram conferidas missões estratégicas a determinados órgãos e empresas do governo. As missões não eram obviamente delegadas a um IAA ou a um IBC, órgãos, aliás, tradicionalmente entregues aos interesses privados dominantes nos respectivos setores. Longe disto, e como em outros episódios da nossa história, as metas eram atribuídas a entidades (empresas produtivas, sobretudo) dotadas de relativa autonomia diante das demandas privadas, um certo culto às decisões de caráter técnico e visão de longo prazo.

A este propósito devo lembrar que fui muito marcado pela minha própria experiência profissional. Ainda na Faculdade, fui estagiário do CPA (Conselho de Política Aduaneira) e lá vivenciei um clima de enorme dedicação a causas públicas. O órgão (CPA) estava, obviamente, aberto a reivindicações procedentes das empresas. Mas as suas preocupações, o que ali se discutia, transcendia de muito as demandas oriundas das empresas. Dito de outra maneira, as políticas estavam muito a frente do mercado. Eu vi, eu testemunhei isso - e a experiência se repetiria outras vezes. Mesmo no exterior tive contato com pessoas que tinham conhecimento de que no Brasil havia segmentos burocráticos e tecnocráticos da maior qualidade. Uma vez em Tóquio, num congresso sobre energia, lembro-me do representante da *Electricité de France* citando uma empresa de excepcional qualidade, cujo nome eu não conseguia entender. Finalmente, entendi: era FURNAS, que ele pronunciava “FIRNÁS”. Então, veja bem, um representante da *Electricité de France*, em Tóquio, citando como exemplo de dinamismo e eficiência não uma empresa francesa (e o setor elétrico francês é famoso pela qualidade), mas uma empresa pública brasileira. Não há como convencer-me do contrário: o Brasil teve uma burocracia - e diversas empresas públicas - que foram decisivas para o seu excepcional desempenho, décadas a fio. Negar isto é desinformação (difícil de entender em pessoas da minha geração), ou mera ideologia.

É muito difícil, hoje, e no ambiente paulista, sobretudo, admitir a veracidade do que acabo de dizer. Ao contrário do ocorrido em Minas, os paulistas não conheceram praticamente a tradição da tecnocracia estatal competente. Há um abismo entre a história da Usiminas e a da Cosipa. A história da Cosipa é uma sucessão de desastres; a história da Usiminas é uma sucessão de êxitos e recordes. A Usiminas foi tão espetacularmente competente, que conseguiu aumentar a produção em mais de 100%, relativamente à capacidade inicial do projeto, sem investimentos adicionais. E nunca houve manchas do tipo acusação de corrupção na história da Usiminas, problema que acompanha a história da Cosipa. Mesmo em São Paulo, contudo, um Agrônomo de Campinas, um CTA e um IPT, em diferentes momentos, deram testemunho da importância de se contar com atores exemplares, capazes de assumir missões críticas - que pouco ou nada têm a ver como os estímulos aqui e agora procedentes do mercado.

Instituições, convenções, estratégias

Por ocasião do lançamento de *A Economia Brasileira em Marcha Forçada* (1985), a economia brasileira passara a exibir um dinamismo notável, tão acentuado quanto imprevisto pela imensa maioria dos analistas. O ritmo de crescimento passava a ser da ordem de 6% a 7% ao ano, e a indústria assumia novamente a liderança da expansão. Não é preciso frisar que este desempenho estava inteiramente de acordo com as idéias contidas no *Marcha Forçada*.

A alegria, porém, durou pouco. Ao término de 1986 - e em meio ao colapso do Plano Cruzado - a economia brasileira ingressou numa fase turbulenta, estéril e, digamos, autodestrutiva. De nada adiantava o fato de que ela dispunha agora de uma estrutura industrial diversificada - e se revelava capaz de gerar enormes saldos comerciais.

Do lado dos comportamentos e das expectativas os estragos eram evidentes. Os atores privados exibiam atitudes cada vez mais defensivas, especulativas e voltadas para o curtíssimo prazo. As empresas públicas, com raras exceções, perdiam a capacidade de iniciativa - apresentando, além disto, diversos sintomas de degenerescência comportamental. As políticas macro, por sua vez, ingressavam numa infundável sucessão de “pacotes” antiinflacionários, tão traumáticos quanto estéreis.

Mais de uma vez tentei reposicionar-me, tratando de explicar o equívoco contido na previsão de que, a partir de 1984, a economia se encontrava “pronta para crescer” Visivelmente, faltavam-me instrumentos para compreender o novo quadro.

Em face da inequívoca frustração e diante da importância avassaladora assumida pela turbulência macroeconômica, passei a dedicar-me ao estudo da inflação e, muito particularmente, da alta inflação e das hiperinflações. Meu curso de Política Econômica na universidade passou a ser inteiramente dominado por esta temática. A experiência clássica da hiperinflação alemã e a tumultuada história argentina - bem como o contraste coreano - passavam a ser referências permanentes no meu esforço de compreender o que se passava no Brasil. A descoberta (retardatária, sem dúvida) de certos trabalhos do Simonsen foi, no caso, fundamental. Igualmente importante foi o contato com certos trabalhos de Roberto Frenkel, especialmente o que trata da precificação em regime de alta inflação. Assumi então, desinibidamente, a hipótese de que a alta inflação passara a ser a matriz para se entender, não apenas a conduta - defensiva e predadora - de diferentes atores, como, em última análise, o lamentável desempenho da economia como um todo. Para a progressiva consolidação das novas idéias foram decisivas as intermináveis discussões acerca da conjuntura econômica brasileira com meus colegas Francisco Eduardo Pires de Sousa e Caio Prattes da Silveira.

A crescente valorização da conduta dos atores - bem como das políticas e instituições destinadas a "ancorar" o seu comportamento - evidentemente me distanciava do estruturalismo de origem. E isto merece uma pequena digressão.

É importante lembrar, preliminarmente, que durante muito tempo a evolução desta economia teve por eixo a industrialização, mudança de caráter eminentemente estrutural. Àquelas alturas históricas as diferenças entre setores eram não apenas marcantes, como altamente condicionantes. Já na atualidade, cada vez mais se pode afirmar que as diferenças entre empresas - especialmente aquelas que exercem lideranças nas respectivas cadeias de valor - são de uma importância decisiva. A elas cabe, em maior ou menor medida, a função coordenadora que na economia tradicional (ou de manual) seria exercida apenas pelo mercado. Ainda assim convém, no entanto, reconhecer a relativa importância - ainda hoje, e em economias como as da América Latina - das estruturas setoriais. Afinal, não é difícil perceber que o predomínio da maquila no México, o surgimento de um novo e pujante setor primário na Argentina e, por contraste, a notória diversificação setorial brasileira têm importantes implicações.

Por outro lado, o reconhecimento da importância das instituições corre hoje o risco de tornar-se um novo modismo. Aponta nesta direção a aceitação apressada do papel dito complementar ou corretivo ao mercado que certas instituições exerceriam. Mas isto me traz de volta ao tropeção na importância decisiva das instituições, em meio à instabilidade convulsiva surgida após o colapso do Cruzado.

Chocado com a agressividade e a volatilidade dos comportamentos, à medida que avançava a segunda metade dos anos 1980, comecei a indagar-me se as condutas individuais durante a fase heróica da industrialização - tão extremadamente contrastantes com o que então presenciávamos - não se encontravam condicionadas por poderosos elementos motivadores/estabilizadores do comportamento. Foi a partir deste tipo de suspeita ou indagação que comecei a avançar em direção a uma nova visão. Encontrava-me, de fato, a um passo de admitir a centralidade das instituições e das crenças compartilhadas (ou convenções), na coordenação das decisões econômicas.

A função normalizadora dos comportamentos exercida pelas instituições (aí incluídos costumes e rotinas) é uma noção reconhecida e exaltada pelos institucionalistas de velha estirpe - um Veblen, por exemplo. O entendimento das condutas econômicas associadas a esta visão foi desenvolvido, de diferentes maneiras, por autores como Simon, Penrose e, digamos, Nelson. Quanto às convenções, cuja importância foi entrevista por vários autores (inclusive Keynes), só recentemente vêm sendo convertidas em objeto privilegiado de análise.

No meu caso, e a partir, essencialmente, de certas páginas de Keynes sobre a moeda como uma convenção, passei a explorar livremente este conceito em minhas aulas de Política Econômica. Comecei a suspeitar que duas convenções haviam pautado ou parametrizado a tomada de decisões econômicas (nas esferas pública e privada) durante a fase de rápida expansão liderada pela indústria: a convenção do crescimento e a da estabilidade simulada.

No primeiro caso, trata-se da convicção amplamente difundida - pelo menos desde JK - de que a economia brasileira era dotada de forte vocação para o crescimento. Vista por este prisma, qualquer parada do crescimento deveria ser entendida como um desvio ou aberração - e ninguém deveria, portanto, agir na suposição de que a economia permaneceria estancada. Evidentemente, esta convenção, na medida em que amplamente adotada, gera os resultados por ela mesmo previstos.

Quanto à convenção da estabilidade simulada (ou inflação administrada), refere-se à percepção de que um conjunto de instituições, desenvolvidas no País de 1964 a 1970, havia tornado a inflação praticamente inócua no Brasil. A caracterização deste fato, suas conseqüências - e, em alguma medida, os seus limites - foram brilhantemente realizadas por Simonsen.

À medida que percebia a força das novas idéias, comecei a conceber o projeto de um livro que reinterpretasse a história econômica moderna deste País. Infelizmente, repetidas vezes tentei desenvolver a proposta (ou abordagem), mas faltou-me fôlego ou, talvez,

amadurecimento das novas hipóteses. Apenas um rascunho desse projeto (tosco e bastante desequilibrado) chegou a ser publicado, por pressão dos organizadores de um seminário realizado em Buenos Aires em março de 1992. Ele pode ser encontrado sob o título *Renegade Development: Rise and Demise of State-Led Development in Brazil*, incluído no volume *Democracy, Markets, and Structural Reform in Latin America*, Transaction Publishers, 1993.

Para finalizar, quero acrescentar algumas observações ao que acaba de ser dito.

Primeiramente, a importância que passei a atribuir às instituições e convenções não me levou a romper propriamente com o método que prioriza as estruturas. Antes de mais nada, porque tanto as instituições formais quanto as visões compartilhadas de mundo são matrizes de comportamento e, neste sentido, estruturas intangíveis. Há fortes indícios, aliás, de que elas só passam a condicionar comportamentos e, desta forma, a estruturar a vida econômica e social, à medida que sejam efetivamente respaldadas por crenças amplamente compartilhadas. Por outro lado, ainda quando faça sentido admitir que as instituições operam como condicionantes (coordenadores e estabilizadores) do comportamento, estamos aqui a grande distância da abordagem que pretendia explicar funcionamento - e até mesmo evolução - a partir de tecno-estruturas como o engenho de açúcar, a moderna indústria, ou a base energética. Quando mais não seja, porque, desmaterializada a determinação, estão abertas as portas para a flexibilização dos comportamentos - e para a admissão de que as respostas das empresas podem diferir substancialmente ante circunstâncias essencialmente semelhantes. Estamos aqui no limiar da aceitação da centralidade do conceito de estratégia - e o artigo de Nelson intitulado "Porque as firmas diferem" (1991) torna-se uma referência obrigatória.

Admitida a capacidade das instituições e convenções de regularizar ou mesmo formatar comportamentos individuais, cabe indagar como elas surgem, se substituem umas por outras (tema central de Gerschenkron), caducam, ou são superadas. Não tenho pretensões a responder com clareza a este tipo de questão. Acrescento, no entanto, umas poucas observações.

No surgimento, substituição, ou morte de instituições podem estar presentes iniciativas individuais e de grupos particularmente criativos. Um marcante exemplo pode ser encontrado no chamado regime fordista, que tem como um de seus pilares uma iniciativa a um só tempo espetacular e altamente idiossincrática: o inusitado salto do salário básico (para cinco dólares ao dia), subitamente anunciado por Henry Ford em janeiro de 1914.

Além disto, e até onde alcança o meu entendimento, não vejo razões para supor (com os neo-institucionalistas, North e Williamson) que as instituições existem para corrigir falhas de

mercado, constituindo uma espécie de remendo restaurador da lógica plena dos mercados. O funcionalismo e o teleologismo implícitos na hipótese são evidentes, e parecem ter sido aí colocados com o intuito de defender a visão centrada no mercado.

Finalizando, gostaria de deixar aqui uma provocação. Estruturas produtivas percebidas como deficientes e incompletas favorecem a formulação e implementação de grandes políticas transformadoras - como as do passado no Brasil, no Japão e na Coréia. Assim sendo, em face do desafio colocado pelo primeiro choque do petróleo, foi possível, no Brasil, levar adiante uma experiência única e excepcional na América Latina, o II PND.

À medida que esteja certo o que acaba de ser dito, o regime militar teria definido, antes, a maneira de atuar do que os objetivos da política de transformações que o II PND buscou introduzir no País. E, ao fazê-lo, talvez tenha sido eficaz tecnocraticamente mas inábil politicamente - complicando e encarecendo, com isto, as necessárias alianças. Ou seja, o sentido ou direção de diversas escolhas teria a ver antes com a visão histórica (de uma obra incompleta e ameaçada) do que com o regime político. Aliás, outros regimes latino-americanos - imersos em contextos não possuídos pela convenção do crescimento e pela noção de que a industrialização era uma obra inacabada - fizeram escolhas (no plano econômico) radicalmente diferentes e, em vários sentidos, opostas. A minha interpretação do II PND está inegavelmente embebida desta visão ...

Hoje, no entanto, dados a diversificação alcançada pela economia brasileira, a liderança alcançada em tantos domínios pelas multinacionais e, **sobretudo**, o desaparecimento de uma visão do que deveria ser o futuro da estrutura produtiva do País, seria um anacronismo supor ou alegar que o contexto “pede ou clama” (como se supunha no passado) por tais ou quais transformações. Aliás, ali onde se consegue colocar a questão do futuro - em certos estados e municípios - há pequenas marchas forçadas sendo tentadas. Por outros meios, certamente, e sem a decisiva ajuda possivelmente prestada por fenômenos como o estrangulamento do balanço de pagamentos.

Mas há uma outra importante dimensão a ser destacada. É que já existe no País uma vasta população de empresas ... Isto altera, necessariamente, a própria natureza das possíveis políticas voltadas para a atividades produtivas - que devem tornar-se muito mais leves, fundadas na persuasão e no estímulo às empresas para que adotem estratégias mais ousadas e assumam mais riscos. Este é o terreno em que estou trabalhando neste momento. Tantas mudanças de tema deixam um certo gosto de solidão. Por vezes me sinto um corredor de longa distância.